

FUNDAÇÃO AGÊNCIA DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAI

CNPJ:11.513.961/0001-16

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO PATRIMONIAL			DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT OU DEFICIT DO EXERCÍCIO			
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
ATIVO	76.014.607,30	75.957.351,76	76.014.607,30	75.957.351,76	17.279.340,26	19.901.811,85
ATIVO CIRCULANTE	75.827.646,23	75.708.810,41	15.030.935,15	12.175.597,58	12.036.668,75	15.052.040,86
Caixa e Equivalentes de caixa	75.213.991,11	69.147.793,27	42.721,79	236.591,88		
Caixa Geral	3.344,36	3.548,34	42.721,79	236.591,88	1.278.618,46	1.312.016,03
Caixa (Estadual)	1.688,53	3.507,53				
Caixa (Federal)	1.655,83	40,81				
Bancos Conta Movimento	3.817.271,51	130.552,30	14.988.213,36	11.939.005,70	544.691,67	2.162.900,23
Caixa Econômica Federal	3.817.271,51	37.461,40	39.942,59	42.124,32	3.419.361,38	1.374.854,73
Banco do Brasil			67.654,00	64.186,00		
(Secretaria Executiva/comite)	0,00	93.090,90	63.579,00	60.566,00	1.404.178,82	1.683.930,48
Aplicação Financeira	71.393.375,24	69.013.692,63	4.075,00	3.620,00	19.902,64	35.326,99
Banco do Brasil	2.929.073,78	2.556.858,56				
Banco do Brasil			45.333,86	38.060,38		
(Secretaria Executiva/comite)	663.951,88	409.306,02	45.333,86	38.060,38		
Poupança Caixa Econômica Federal- 013-12.282-7	67.752.498,39	66.022.712,73	199.328,84	191.883,46		
Poupança Caixa Econômica Federal- Outras Fontes	47.851,19	24.815,32	146.781,20	138.700,25		
CRÉDITOS	567.617,85	2.041.731,86	52.547,64	53.183,21	18.703.421,72	21.621.069,32
Convênio/Contas a Receber	567.617,85	2.041.731,86	48.666,18	35.102,04	-17.326.618,28	-19.950.959,79
Receitas Estaduais a Receber	125.512,46	232.842,34	110,00	0,00		
Receitas Federais a Receber	442.105,39	1.808.889,52	4.246,22	3.933,16		
ADIANTAMENTOS	17.729,39	19.034,06	7.164,43	6.353,56	-12.036.668,75	-15.052.040,86
Adiantamentos	17.729,39	19.034,06	10.588,10	0,00	-544.691,67	-2.162.900,23
Adiantamento despesa com viagem	0,00	1.500,00	26.557,43	24.815,32	-3.419.361,38	-1.374.854,73
Adiantamento de férias	17.729,39	17.534,06	0,00	4.452.041,01	Programa de Aplicação Plurianual	-1.238.512,54
DESPESAS ANTECIPADAS	10.206,18	10.110,21	0,00	4.452.041,01	Custeio Estadual	-1.305.903,98
Despesas Antecipadas	10.206,18	10.110,21	0,00	4.452.041,01	Despesas Secretaria Executiva Comitês PCJ (Estadual)	-19.902,64
Despesas Antecipadas (Federal)	5.664,15	9.002,31	0,00	4.452.041,01	DESPESAS/RECEITAS FINANCEIRAS	215.809,34
Despesas Antecipadas (Estadual)	4.542,03	1.107,90	0,00	4.452.041,01	Despesas Financeiras (Estaduais)	-58.558,41
CONTRATOS/FORNECEDORES	0,00	4.452.041,01	0,00	4.452.041,01	Despesas Financeiras (Federais)	-209,58
Contratos / fornecedores	0,00	4.452.041,01	0,00	4.452.041,01	Receita Financeira (Estadual)	274.577,33
Contratos / fornecedores	0,00	4.452.041,01	0,00	4.452.041,01	Despesas Tributárias	-65.844,45
OUTROS CRÉDITOS	18.101,70	38.100,00	0,00	4.452.041,01	Despesas Tributárias (Receitas Federais)	-61,00
Outros Créditos	18.101,70	38.100,00	0,00	4.452.041,01	Despesas Tributárias (Receitas Estaduais)	-65.783,45
Garantias de Aluguel	18.100,00	18.100,00	0,00	4.452.041,01	SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO	200.961,71
Patrocínio a Receber	0,00	20.000,00	0,00	4.452.041,01		545.249,43
Tarifas Bancárias a Compensar	1,70	0,00	0,00	4.452.041,01		
ATIVO NÃO CIRCULANTE	186.961,07	248.541,35	0,00	4.452.041,01		
ATIVO IMOBILIZADO	186.961,07	248.541,35	0,00	4.452.041,01		
Imobilizado de Uso	468.995,67	454.907,67	0,00	4.452.041,01		
Veículos	206.605,00	206.605,00	0,00	4.452.041,01		
Computadores Hardware	152.640,78	138.552,78	0,00	4.452.041,01		
Móveis e Utensílios	98.861,36	98.861,36	0,00	4.452.041,01		
Instalações	6.346,03	6.346,03	0,00	4.452.041,01		
Equipamentos Eletrônicos	4.542,50	4.542,50	0,00	4.452.041,01		
(-) DEPRECIACÃO	-282.034,60	-206.366,32	0,00	4.452.041,01		
(-) Veículos	-149.707,03	-108.386,11	0,00	4.452.041,01		
(-) Computadores Hardware	-77.656,77	-57.595,05	0,00	4.452.041,01		
(-) Equipamentos Eletrônicos	-1.856,50	-1.382,50	0,00	4.452.041,01		
(-) Móveis e Utensílios Escritório	-49.460,30	-36.551,66	0,00	4.452.041,01		
(-) Instalações	-3.354,00	-2.451,00	0,00	4.452.041,01		

Reconhecemos a exatidão do Balanço Patrimonial, no valor de R\$ 76.014.607,30 (Setenta e seis milhões, quatorze mil, seissentos e sete reais e trinta centavos), bem como a Demonstração do Superávit (ou Déficit) do Exercício, no valor de R\$ 200.961,71 (duzentos mil, novecentos e sessenta e um reais e setenta e um centavos). Piracicaba, 31 de Dezembro de 2014

Sergio Razera - Diretor-Presidente - CPF: 015.929.298-00

Luis Carlos Marin Giusti - Contador - CRC: 1SP 146.439/O-5

NOTAS EXPLICATIVAS

I - Contexto Operacional:
Nota 1) A Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ) é pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com estrutura administrativa e financeira próprias, instituída com a participação do Estado de São Paulo, dos Municípios e da Sociedade Civil, conforme consta de sua escritura pública de Constituição.

A AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ tem como princípio organizacional a manutenção de estruturas técnicas e administrativas de dimensões reduzidas, com prioridade à execução descentralizada de obras e serviços, os quais serão atribuídos a órgãos e entidades, públicos e privados, capacitados para tanto, seguindo as diretrizes, orientações e normas estabelecidas por meio de Deliberações dos COMITÊS PCJ.

II - Apresentação das demonstrações:

Nota 2) As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base na Lei nº 11.638/2007, Lei nº 11.941/2009 que alteram artigos da Lei nº 6.404/76 e, nas Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), tais quais a Resolução CFC nº 1.409/12, NBC T 10.19 (entidade sem finalidade de lucros), Resolução 1.305/10, NBC TG 07 (subvenção e assistência governamentais) e Resolução CFC nº 1.255/09, NBC TG 1.000 (contabilidade para pequenas e médias empresas) dentre outras. As demonstrações financeiras também seguem todos os preceitos das Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

III - Formalidade da Escrituração Contábil:

Nota 3) A Entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico.

Nota 3.1) Os registros contábeis contêm número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos.

Nota 3.2) As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão transcritas no livro "Diário Geral de Contabilidade" da Entidade, e posteriormente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.

Nota 3.3) A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil.

Nota 3.4) A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos "usos e costumes". A Entidade mantém em boa ordem a documentação contábil.

IV - Resumo das práticas contábeis:

Nota 4) A prática contábil adotada para apuração do resultado, segue o regime de competência de exercícios para apropriação de receitas e despesas correspondentes.

Nota 5) O balanço patrimonial é composto por: Ativo, Passivo e Patrimônio Social.

Nota 5.1) O Ativo é composto pelos bens e direitos da entidade, e é dividido em circulante e não circulante. No ativo circulante, estão os ativos de curto prazo (com realização de até 12 meses). No ativo não circulante, estão os ativos de longo prazo (com realização superior a 12 meses), imobilizado e sua respectiva depreciação acumulada.

Nota 5.2) O Passivo é composto pelas obrigações da entidade, e é dividido em circulante e não circulante. No passivo circulante, estão os passivos de curto prazo (com exigibilidade de até 12 meses). No passivo não circulante, estão os passivos de longo prazo (com exigibilidade superior a 12 meses).

Nota 5.3) O Patrimônio Social representa a "situação líquida" da entidade, e é composto por:

- Patrimônio Social: investimento inicial da entidade;
- Bens (transferidos do Consórcio PCJ - Consórcio Intermunicipal das Bacias Hidrográficas dos Rios PCJ) - representado pelos ativos imobilizados transferidos pelo Consórcio PCJ para a Fundação Agência das Bacias PCJ;
- Fundos Patrimoniais: composto pelo superávit acumulado referente aos recursos estaduais, conforme previsto no Capítulo IX § 1º do Estatuto Social da Fundação Agência das Bacias PCJ;

Nota 6) Os ativos e passivos da entidade estão registrados em

conformidade com seus efetivos valores históricos;

Nota 7) A entidade não possui estoques de qualquer natureza (mercadorias/materiais) na época do encerramento do ano calendário;

Nota 8) O saldo da conta Recursos Estaduais a Receber, no valor de R\$ 125.512,46 (cento e vinte e cinco mil, quinhentos e doze reais e quarenta e seis centavos), são referentes aos recursos a receber do Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FEHIDRO, com base nas arrecadações sobre pagamento pelo uso dos recursos hídricos em 2014, a ser repassado a Fundação Agência PCJ em 2015;

Nota 9) O saldo da conta Recursos Federais a Receber, no valor de R\$ 442.105,39 (quatrocentos e quarenta e dois mil, cento e cinco reais e trinta e nove centavos), são referentes aos recursos a receber da Agência Nacional de Águas - A.N.A., com base nas arrecadações sobre pagamento pelo uso dos recursos hídricos em 2014, a ser repassado a Fundação Agência PCJ em 2015;

Nota 10) As contas Contratos/Fornecedores, que constavam tanto no ativo quanto no passivo do Balanço Patrimonial de exercícios anteriores, foram excluídas desse demonstrativo no ano calendário de 2014, conforme recomendação da ANA, pois, por apresentarem igual valor, não geram qualquer impacto patrimonial, possibilitando a apresentação do demonstrativo, através de controles auxiliares da escrituração contábil. Para tanto segue quadro abaixo dos contratos excluídos:

CONTRATOS / FORNECEDORES 2012			
CONTRATO	EMPRESA	VIGÊNCIA	SALDO
CT 29/2012	COBRAPÉ COMPANHIA BRAS. DE PROJ. E EMPREENDIMENTOS FUNDAÇÃO CENTRO TECNOLÓGICO E HIDRAULICA - FCTH	27/07/2012 à 28/11/2015	148.000,00
CT 38/2012		28/12/2012 à 27/06/2017	1.266.133,20

CONTRATOS / FORNECEDORES 2013			
CONTRATO	EMPRESA	VIGÊNCIA	SALDO
CT 14/2013	IPEF - INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS FLORESTAIS	24/06/2013 à 03/03/2015	39.400,00
CT 19/2013	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ENSINO DE PIRACICABA	01/08/2013 à 31/07/2015	24.640,00
CT 25/2013	B&B ENGENHARIA LTDA	16/09/2013 à 15/04/2015	983.525,00
CT 26/2013	N.S. ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL S/C LTDA	16/09/2013 à 15/04/2015	464.566,36

CONTRATOS FORNECEDORES 2014			
CONTRATO	EMPRESA	VIGÊNCIA	SALDO
CT 07/2014	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ENSINO DE PIRACICABA	07/03/2014 à 06/03/2016	60.060,00
CT 08/2014	MC PROJETOS DE COMUNICAÇÃO LTDA	28/03/2014 à 27/03/2015	9.000,00
CT 10/2014	ART PRINTER GRÁFICOS LTDA	23/04/2014 à 22/04/2015	14.198,00
CT 11/2014	WINDGRAF GRÁFICA E EDITORA EIRELI - EPP	24/04/2014 à 23/04/2015	18.935,00
CT 12/2014	TEMPO SOLUÇÕES GRÁFICAS LTDA - ME	24/04/2014 à 23/04/2015	3.540,00
CT 13/2014	RGB MÍDIA E GRÁFICA LTDA EPP	24/04/2014 à 23/04/2015	3.940,00
CT 15/2014	PIGMA GRÁFICA E EDITORA LTDA	24/04/2014 à 23/04/2015	4.680,00
CT 16/2014	GRÁCIA APARECIDA CORREA INFORMÁTICA-ME	25/04/2014 à 24/04/2015	8.208,00
CT 21/2014	FGA CONSULTORIA E SISTEMAS S/C LTDA	26/05/2014 à 25/05/2015	20.833,33
CT 23/2014	FUNDAÇÃO CENTRO TECNOLÓGICO E HIDRAULICA - FCTH	05/06/2014 à 04/06/2018	6.773.297,98
CT 26/2014	PAULO BRAGHINI MODESTO - ME	27/06/2014 à 26/06/2015	85.125,01
CT 27/2014	TM COMBUSTÍVEIS E SERVIÇOS LTDA	30/06/2014 à 29/06/2015	13.132,47

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT OU DEFICIT DO EXERCÍCIO		
	2014	2013
RECEITAS FEDERAIS	17.279.340,26	19.901.811,85
Receita Transferência Federal (repasses)	12.036.668,75	15.052.040,86
Receita Transferência Federal (custeio Federal)	1.278.618,46	1.312.016,03
Receita Transferência Federal (ações de Apoio)	544.691,67	2.162.900,23
Receita Transferência Federal (PAP)	3.419.361,38	1.374.854,73
RECEITAS ESTADUAIS	1.424.081,46	1.719.257,47
Receita Transferência Estadual (Custeio Estadual)	1.404.178,82	1.683.930,48
Receita Transferência Estadual (Secretaria Executiva)	19.902,64	35.326,99
SUPERÁVIT BRUTO	18.703.421,72	21.621.069,32
DESPESAS FEDERAIS	-17.326.618,28	-19.950.959,79
Custeio Federal	-1.325.896,48	-1.361.163,97
Repasses Para Programa de Recursos Hídricos	-12.036.668,75	-15.052.040,86
Ações de Apoio	-544.691,67	-2.162.900,23
Programa de Aplicação Plurianual	-3.419.361,38	-1.374.854,73
DESPESAS ESTADUAIS	-1.325.806,62	-1.238.512,54
Custeio Estadual	-1.305.903,98	-1.203.185,55
Despesas Secretaria Executiva Comitês PCJ (Estadual)	-19.902,64	-35.326,99
DESPESAS/RECEITAS FINANCEIRAS	215.809,34	161.528,08
Despesas Financeiras (Estaduais)	-58.558,41	-1.081,37
Despesas Financeiras (Federais)	-209,58	-39,40
Receita Financeira (Estadual)	274.577,33	162.648,85
Despesas Tributárias	-65.844,45	-47.875,64
Despesas Tributárias (Receitas Federais)	-61,00	-265,77
Despesas Tributárias (Receitas Estaduais)	-65.783,45	-47.609,87
SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO	200.961,71	545.249,43

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO DIRETO)

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
	2014	2013
Recursos Recebidos		
Federais	18.499.312,64	
Estaduais	1.511.508,70	
Estaduais (Secretaria Executiva Comitês)	126.995,05	
Outros Recursos	20.000,00	
Pagamentos Realizados		
Aquisições de Bens e Serviços - Federal	-315.017,33	
Aquisições de Bens e Serviços - Estadual	-652.490,84	
Aquisições de Bens e Serviços - Sec. Executiva Comitê	-12.178,00	
Salários e Encargos Sociais do Pessoal - Federal	-949.471,65	
Salários e Encargos Sociais do Pessoal - Estadual		

exercício Social de 2014, conforme demonstrados abaixo:	
Valores Provisionados em 2013 com Pagamentos em 2014 - Federal	Valores em Reais
IRRF S/ TERCEIROS A PAGAR	4.682,07
RETENÇÃO 4,65%	9.127,34
EVANDRO SOUZA EVANGELISTA	71.258,03
VB COMUNICAÇÕES LTDA	2.119,38
EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS	6.466,33
COBRAPE CIA BRAS PROJ EMPREEND	138.898,00
TIM CELULAR S/A	2.217,60
SALARIOS A PAGAR	60.566,00
TOTAL	295.334,75

Nota 12.1) Ainda em atendimento ao princípio da competência foram provisionados até a data de 31/12/2014, na esfera federal, o montante de R\$ 104.931,32 (cento e quatro mil, novecentos e trinta e um reais e trinta e dois centavos), que representam compromissos financeiros com fornecedores, impostos, salários a pagar, ressarcimento de despesas de viagem a pagar assumidos no exercício social de 2014, mais que sairão das Contas Bancárias da Fundação Agência das Bacias PCJ no início do exercício Social de 2015, conforme demonstrados abaixo:

Valores Provisionados em 2014 com Pagamentos em 2015 - Federal	Valores em Reais
IRRF S/ TERCEIROS A PAGAR	3.415,54
RETENÇÃO 4,65%	4.541,23
RESSARCIMENTO DE DESP. DE VIAGEM	110,00
PONTO OITO ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS	3.444,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ENSINO DE PIRACICABA	4.290,00
EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS	7.171,64
ATENDE SOLUÇÕES EMPRESARIAIS EIRELI ME	3.247,91
JORNALS TRP IMP E EXP MAQ GRAFICAS EM GERAL	190,00
PANORAMA DIARIO COM PUBLICIDADE LTDA	434,00
SALARIOS A PAGAR	63.579,00
LZTV PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS LTDA	11.750,00
PRO-AMBIENTE ASSESSORIA AMBIENTAL LTDA	2.758,00
TOTAL	104.931,32

Nota 13) Em atendimento ao princípio da competência foram provisionados valores em 2013, na esfera estadual, no montante de R\$ 95.914,53 (noventa e cinco mil, novecentos e quatorze reais e cinquenta e três centavos), que representam compromissos financeiros com fornecedores de mercadorias e serviços, impostos e encargos sociais, aluguéis/condomínios, estagiários, assumidos no exercício social de 2013, mas que sairão das Contas Bancárias da Fundação Agência das Bacias PCJ no início do exercício Social de 2014, conforme demonstrados abaixo:

Valores Provisionados em 2013 com Pagamentos em 2014 - Estadual	Valores em Reais
ALUGUEIS A PAGAR	6.353,56
IRRF S/ TERCEIROS A PAGAR	101,40
CONDOMINIO APAGAR	3.933,16
FGTS A PAGAR	10.364,57
INSS APAGAR	26.400,24
REZECON CONTABILIDADE	3.225,38
PIS S/ FOLHA APAGAR	1.295,57
UNIVERSO ONLINE UOL	169,00
INSS S/ TERCEIROS A PAGAR	509,78
ISSQN APAGAR	420,72
IRRF S/ RENDIMENTOS	27.283,01
MICROSOFT INFORMATICA	3.591,00
IMPrensa OFICIAL DO ESTADO	735,30
ESTAGIOS A PAGAR	3.620,00
FRAC LIMPEZA, ASSEIO E CONS.	3.846,48
MAROUN ADVOGADOS ASSOC.	3.615,36
RECARJET REC. CARTUCHOS	450,00
TOTAL	95.914,53

Nota 13.1) Valores provisionados em 2014, na esfera estadual, no montante de R\$ 112.829,67 (cento e doze mil, oitocentos e vinte e nove reais e sessenta e sete centavos), representam compromissos financeiros com fornecedores de mercadorias e serviços, impostos e encargos sociais, tarifas bancárias, aluguéis/condomínios, estagiários, assumidos no exercício social de 2014, mas que sairão das Contas Bancárias da Fundação Agência das Bacias PCJ no início do exercício Social de 2015, conforme demonstrados abaixo:

Valores Provisionados em 2014 com Pagamentos em 2015 - Estadual	Valores em Reais
ALUGUEIS A PAGAR	7.164,43
IRRF S/ TERCEIROS A PAGAR	139,54
CONDOMINIO APAGAR	4.246,22
FGTS A PAGAR	11.219,10
INSS APAGAR	32.712,37
REZECON CONTABILIDADE	3.478,25
PIS S/ FOLHA APAGAR	1.402,39
AUDIMAXI AUDITORIAL LTDA	2.068,50
INSS S/ TERCEIROS A PAGAR	1.073,80
ISSQN APAGAR	244,04
IRRF S/ RENDIMENTOS	30.528,44
ESTAGIOS A PAGAR	4.075,00
MAROUN ADVOGADOS ASSOC.	3.889,49
TARIFAS BANCARIAS A PAGAR	10.588,10
TOTAL	112.829,67

Nota 14) Ainda em atendimento ao princípio contábil da competência, foram pagas em agosto de 2014, o montante de R\$ 49.698,38 (quarenta e nove mil, seiscentos e noventa e oito reais e oito centavos), através da conta corrente Banco do Brasil, tarifas bancárias referentes à cobrança pelo uso dos recursos hídricos das Bacias PCJ, durante o período de junho/2013 à junho/2014. Do valor total cobrado, R\$ 27.736,65 (vinte e sete mil, setecentos e trinta e seis reais e sessenta e cinco centavos), serão reconhecidos no Patrimônio Social da Fundação, por se tratarem de despesas referentes ao exercício de 2013. O saldo restante de R\$ 21.961,73 foram alocados como despesa financeira do período de janeiro à junho de 2014.

Nota 15) Férias a Pagar e Encargos: Foram "provisionados" com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do levantamento balanço patrimonial;

Nota 16) A conta Recursos Federais (A.N.A.), é uma Receita Diferida e representa toda a entrada de recursos federais (A.N.A.) oriundos da cobrança pelo uso da água. Do total arrecadado, juntamente com os rendimentos financeiros, a entidade pode utilizar-se de até 7,5% (sete e meio por cento) para custeio operacional. O saldo restante de 92,5% (noventa e dois e meio) é dividido entre Ações de Apoio, Repasse para os Empreendimentos Contratados e o Plano de Aplicação Plurianual.

COBRANÇA FEDERAL - 2014			
Meses	Arrecadação 2014 em Reais	Rendimentos Financeiros 2014 em Reais	Limite p/ Custeio 2014 (7,5%) em Reais
Janeiro/14	5.414,59	378.454,61	28.790,19
Fevereiro/14	3.530,11	379.400,79	28.719,82
Março/14	393.142,58	363.407,86	56.741,28
Abril/14	2.871,44	378.144,06	28.576,16
Maió/14	245.531,67	340.556,83	43.956,64
Junho/14	3.921.512,05	360.171,23	321.126,25
Julho/14	2.074.937,59	363.454,13	182.879,38
Agosto/14	98.956,00	384.979,27	36.295,15
Setembro/14	4.091.779,56	383.301,16	335.631,05
Outubro/14	2.073.834,09	385.773,52	184.470,57
Novembro/14	114.590,50	369.014,69	36.270,39
Dezembro/14	4.106.428,33	397.677,19	337.807,91
Total	17.132.528,51	4.484.335,34	1.621.264,79

Nota:- O valor de arrecadação de janeiro/14, no montante de R\$ 3.315,04 (três mil, trezentos e quinze reais e quatro centavos), está adicionado do valor de R\$ 2.099,55 (dois mil e noventa e nove reais e cinquenta e cinco centavos), referente a ajuste do exercício anterior, por ter sido considerado como arrecadado em novembro de 2013, no razão do demonstrativo (Balanço da Arrecadação Acumulada) disponibilizado no site da ANA, o valor da "arrecadação" como o valor líquido "total de receitas auferidas", tendo assim descontado o valor citado de R\$ 2.099,55 em duplicidade, motivo pelo qual não foi realizada a sua "provisão" como recursos contratados a receber.

Nota 17) O valor utilizado pela entidade para custeio federal (7,5%) foi de R\$ 1.278.618,46 (um milhão duzentos e setenta e oito mil, seiscentos e deztoito reais e quarenta e seis centavos), sendo que nesse valor para essa finalidade (custeio) não foi considerado o valor da depreciação dos bens transferidos do consórcio no montante de R\$ 47.548,60 (quarenta e sete mil, quinhentos e quarenta e oito reais e sessenta centavos), conforme quadro abaixo:

DESPESAS DE CUSTEIO FEDERAL	
Discriminação das Despesas	Valores em Reais
Despesas Trabalhistas	1.031.979,31
Despesas Gerais	218.248,89
Despesas Financeiras	209,58
Despesas Tributárias	61,00
Depreciação Bens Fundação	28.119,68
Depreciação Bens Transferidos do Consórcio	47.548,60
SUB -TOTAL (DSD)	1.326.167,06
(-) Depreciação Bens Transferidos do Consórcio	47.548,60
TOTAL	1.278.618,46

Nota 17.1) Ressaltando que na nomenclatura despesas trabalhistas estão incluídos apenas os valores dos salários, férias e 13º e cesta básica, pois os encargos sociais (INSS, FGTS, e PIS s/ folha), incidentes sobre esses salários, são pagos através dos recursos financeiros estaduais.

Nota 17.2) As Certidões Negativas de Débitos, em relação aos recolhimentos dos encargos sociais é parte integrante desses relatórios.

Nota 18) A conta provisão para contingências, no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) foi criada respeitando o limite que poderia ser usado para custeio federal, e o valor efetivamente realizado ao longo do exercício de 2011, e permaneceu inalterada em 2014. Essa provisão tem o intuito de cobrir os seguintes eventos futuros, tais como:

- queda de arrecadação;
- pagamento de multas rescisórias;
- ações judiciais;
- dentre outros;

O principal objetivo dessa provisão é não comprometer os recursos do orçamento de exercícios subsequentes, com eventos extraordinários;

Nota 19) Ações de apoio são recursos de investimento (incluído no percentual de 92,5% dos recursos federais) aprovados pelos comitês de bacias para a execução de atividades específicas, das quais a Fundação Agência das Bacias PCJ é a própria contratante e executante.

Nota 20) A conta empreendimentos contratados, refere-se aos valores de investimento oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos (incluídos no percentual de 92,5% dos recursos federais), repassados pela Fundação Agência das Bacias PCJ aos tomadores diversos, para a execução dos empreendimentos previamente aprovados pelos Comitês de Bacias, com acompanhamento e autorização do agente técnico financeiro, que é a Caixa Econômica Federal.

Nota 20.1) Na conta empreendimentos contratados foram alterados valores de contratos referentes exercícios anteriores, valores os quais foram devolvidos ou ajustados (termos aditivos) para a conta do passivo não circulante, receitas diferidas - repasses ANA (Federal), conforme demonstrativos abaixo:

Nº DO CONTRATO	TOMADOR	VALORES EM REAIS	STATUS
0263.721-64/2008	SABESP	287.682,08	Ajustado
0322.244-47/2010	SAEA - Indaiatuba	18.209,80	Ajustado
0253.273-33/2008	DAE - Valinhos	9.561,97	Ajustado
0356.105-84/2011	SEMAE - Piracicaba	336.560,96	Ajustado
0356.862-52/2011	SANEB/AVI	30.697,50	Ajustado
0293.005-23/2009	DAE - Americana	18.386,00	Ajustado
0356.104-79/2011	P. M. Itacemópolis	90.649,81	Ajustado

Nota 21) A partir do exercício social de 2013, foi aprovado pelos Comitês de Bacias o Plano de Aplicação Plurianual (PAP), já definidos para os anos de 2013 a 2016, valores esses que são considerados investimentos (incluídos no percentual de 92,5% dos recursos federais), com origem na cobrança pelo uso dos recursos hídricos, cujas ações serão contratadas pela Fundação Agência das Bacias PCJ no período de abrangência do Plano.

Nota 22) As Receitas da Agência das Bacias PCJ são reconhecidas em conformidade com, Resolução CFC nº 1409/12 a Resolução CFC nº 1.305/10, NBC TG 30 - Receitas e NBC TG 1.000, e encontram-se evidenciadas na Demonstração de Superávit ou Déficit;

Nota 22.1) As receitas são subdivididas em Federais (A.N.A.), Estaduais (FEHIDRO) e Estaduais (Secretaria Executiva dos Comitês), conforme quadros demonstrativos abaixo:

Receitas Federais	Valores em Reais
Receitas Transferência Federal (repasses)	12.036.668,75
Receitas Transferência Federal (custeio)	1.278.618,46
Receitas Transferência Federal (Ações de Apoio)	544.691,67
Receitas Transferência Federal (PAP)	3.419.361,38
Total das Receitas Federais	17.279.340,26

Receitas Estaduais	Valores em Reais
Receitas Transferência Estadual (FEHIDRO)	1.404.178,82
Receitas Financeiras (Aplicação FEHIDRO)	274.577,33
Receitas Transferência Estadual (Sec. Exec. Comitês)	19.902,64
Total das Receitas Estadual	1.698.658,79

Nota 22.2) Os recursos de origens estaduais (FEHIDRO) são estritamente para custeio, sendo repassado para a Agência das Bacias PCJ o valor correspondente 10,00% (dez por cento) do que é arrecadado com a cobrança sobre o uso dos recursos hídricos em rios de domínio estadual. Esses recursos de origem estadual são atribuídos como receita ao fim de cada mês, com base na arrecadação realizada.

Nota 22.3) Outra fonte de recursos estaduais são os recursos oriundos do FEHIDRO/Royalties/ compensação financeira referente setor energético, com a finalidade de custear as Secretarias Executivas dos Comitês PCJ.

Nota 22.4) Os recursos de origens federais (A.N.A.) são originários da arrecadação com a cobrança sobre o uso dos recursos hídricos em rios de domínio da União e são integralmente repassados para a Agência das Bacias PCJ. São divididos em Custeio (7,5%), Investimentos (92,5%).

Nota 22.5) Tanto os Recursos destinados as Secretarias Executivas dos Comitês, quanto os Recursos Federais são contabilmente reconhecidos como RECEITAS DIFERIDAS (ou seja, uma receita de realização futura) no Passivo Não Circulante.

Nota 22.6) A realização da receita se dá de forma sistêmica e racional. De acordo com a resolução CFC nº 1.305/10, em seu item 12:

"É fundamental, pelo regime de competência, que a receita de subvenção governamental seja reconhecida em bases sistemáticas e racionais, ao longo do período e confrontada com as despesas correspondentes. Assim, o reconhecimento da receita de subvenção governamental no momento de seu recebimento somente é admitido nos casos em que não há base de alocação da subvenção ao longo dos períodos beneficiados."

Ainda: "Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da subvenção governamental registrada no ativo deve ser em conta específica do passivo."

Resumidamente, os recursos repassados e a repassar para a Agência das Bacias PCJ, tanto de origem federal como estadual, figuram pelas contas patrimoniais, e são apropriadas ao resultado (reconhecimento como receita e despesa) à medida que ocorrer sua realização;

Nota 23) As despesas da entidade são apuradas através de documentos idoneos (Notas Fiscais e Recibos) em conformidade com as exigências legais/fiscais. São divididas em:

- Custeio (federal e estadual);
- Ações de Apoio;
- Repasses;
- Plano de Aplicação Plurianual;
- Secretaria Executiva Comitês PCJ.

Nota 24) Os recursos da Agência das Bacias PCJ foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social, e respeitando as deliberações do Comitê PCJ e os limites para Custeio;

Nota 25) O superávit do exercício de 2014 foi de R\$ 200.961,71 (duzentos mil, novecentos e sessenta e um reais e setenta e um centavos), e serão alocados no patrimônio da entidade da seguinte forma:

Descrição	Valores em Reais
Bens (transf. do Consorcio PCJ) - Patrimônio Líquido	(47.548,60)
Fundo Patrimonial	248.510,31
Superávit exercício 2013	200.961,71

Nota 26) Contrato de Gestão

Nota 26.1) Os recursos de origem federal são originários da arrecadação com a cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio da União e repassados para a Fundação Agência das Bacias PCJ, conforme Contrato de Gestão nº 003/11 celebrado com a Agência Nacional de Águas (ANA) visando o exercício de funções de competência da Agência de Água.

Nota 26.2) Já os recursos de origem estadual são correspondentes à

cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio estadual e transferidos para a Agência das Bacias PCJ pelo Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FEHIDRO de acordo com a Lei Estadual 10.020/98, bem como os recursos destinados a Secretaria Executiva dos Comitês.

Nota 27) Em 18/12/2012 houve uma transferência de recursos da cobrança estadual para a cobrança federal, no montante de R\$ 355.465,37 (trezentos e cinquenta e cinco mil quatrocentos e sessenta e cinco reais e trinta e sete centavos), correspondentes as seguintes despesas de FGTS (R\$ 54.540,33), Imposto de Renda Retido na Fonte (R\$ 52.708,45), PIS sobre folha (R\$ 6.859,16) e INSS (R\$ 241.357,43), tendo em vista que esses valores foram provisionados na cobrança federal e pagos pela própria cobrança federal, no período de 01.01.2012 a 30/11/2012, quando deveriam ter sido provisionadas e pagas pela cobrança estadual. Na ocasião, acima citada, para levantamento desses recursos, foram calculados tomando por base as guias pagas de fevereiro à novembro de 2012, onde o valor correto a ser transferido era de R\$ 450.235,46, (quatrocentos e cinquenta mil, duzentos e trinta e cinco reais e quarenta e seis centavos), portanto, restando ainda um saldo provisionado a ser ressarcido no valor de R\$ 94.770,09 (noventa e quatro mil, setecentos e setenta e nove centavos, ou seja, provisionados nas contas como despesas Federais e pagos pela cobrança estadual conforme descrito abaixo).

Nota 27.1) A rubrica "ENCARGOS S/ FERIAS A PAGAR" apresentava um saldo de R\$ 38.914,75. Desse valor R\$ 38.837,29 se refere a valores de INSS, FGTS e PIS s/ férias, provisionados na esfera federal, mas que tiveram seu efetivo desembolso, através de guias pagas com recursos estaduais durante 2013/2014, conforme os funcionários da Agência PCJ gozavam de suas férias.

Nota 27.2) Em 31/12/2012, data em que foi encerrado o balanço patrimonial do período, a rubrica "FGTS A PAGAR" apresentava saldo de R\$ 8.477,83. Desse valor, R\$ 2.085,45 foram reconhecidos através da rubrica "ENCARGOS S/ 13º SALÁRIO A PAGAR" como despesa de FGTS s/ 13º salário federal e o desembolso ocorreu no pagamento da guia em 2013, através da conta corrente Banco do Brasil proveniente de recursos estaduais.

Nota 27.3) A rubrica "PIS S/ FOLHA A RECOLHER" apresentava saldo no encerramento do exercício de R\$ 1.059,75, sendo R\$ 588,39 reconhecidos durante o exercício de 2012 na rubrica "ENCARGOS S/ 13º SALÁRIO" como despesas de PIS s/ folha federal e pago através de conta de recursos estaduais. Ainda na rubrica "PIS S/ FOLHA A RECOLHER" em 30/11/2012 teve provisionado R\$ 690,71 como despesa federal e pago a guia em dezembro 2012 com recursos estaduais.

Nota 27.4) A rubrica "IRRF S/ RENDIMENTO" em 30/11/2012 apresentava saldo de R\$ 10.333,90, saldo este, provisionado até então por recursos federais e a partir de dezembro 2012 passou a ser pago por recursos oriundos da arrecadação estadual.

Nota 27.5) A rubrica "INSS A RECOLHER" apresentava saldo em 30/11/2012 de R\$ 26.675,65, reconhecido como despesa federal e teve seu pagamento por recursos oriundos da cobrança do estadual. Ainda no "INSS A RECOLHER" o valor de R\$ 15.558,70 foi pago em 2013 com recursos do estadual e vinha sendo provisionado durante o período de 2012 na rubrica "ENCARGOS S/ 13º SALÁRIO APAGAR".

De acordo com a NBC TG 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro, em seu item 41:

"Erros podem ocorrer no registro, na mensuração, na apresentação ou na divulgação de elementos de demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis não estarão em conformidade com as normas, interpretações e comunicados técnicos deste CFC se contiverem erros materiais ou erros imateriais cometidos intencionalmente para alcançar determinada apresentação da posição patrimonial e financeira, do desempenho ou dos fluxos de caixa da entidade. Os potenciais erros do período corrente descobertos nesse período devem ser corrigidos antes de as demonstrações contábeis serem autorizadas para publicação. Contudo, os erros materiais, por vezes, não são descobertos até um período subsequente, e esses erros de períodos anteriores são corrigidos na informação comparativa apresentada nas demonstrações contábeis desse período subsequente."

Ainda, a NBC TG 23, item 5:

"Reapresentação retrospectiva é a correção do reconhecimento, da mensuração e da divulgação de valores de elementos das demonstrações contábeis, como se um erro de períodos anteriores nunca tivesse ocorrido." Portanto, em 2014, foi reconhecido o valor de R\$ 94.770,09 (noventa e quatro mil, setecentos e setenta e nove centavos) abatendo do saldo da conta "Fundo Patrimonial", e sua contrapartida de mesmo valor, na conta redutora do passivo circulante "(-) REALIZAÇÃO DO CUSTEIO FEDERAL (7,5%)", que posteriormente, tal valor será alocado à conta de Receita Diferida "RECURSOS FEDERAIS (REPASSES ANA)", para ser destinado a financiar projetos e empreendimentos da instituição.

Nota 28) Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

Nota 28.1) A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução CFC nº 1.296/10 que aprovou a NBC TG 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Nota 28.2) O Método adotado na elaboração da DFC foi o DIRETO, onde discriminamos abaixo os valores efetivamente recebidos em 2014, bem como os pagamentos efetuados.

Movimentação Financeira - Federal 2014	
Saldo Inicial em 01/01/2014	66.063.681,66
(+) Recursos Recebidos - 2014	18.499.312,64
(+) Rendimentos Financeiros - 2014	4.484.335,34
(=) Sub Total	89.047.329,64
(-) Desembolsos Custeio Federal - 2014	1.264.549,98
(-) Desembolsos Repasses Empreendimentos - 2014	12.036.668,75
(-) Desembolsos Ações de Apoio - 2014	701.167,86
(-) Desembolsos Plano Aplicação Plurianual - 2014	3.459.429,32
(-) Desembolsos Aquisições de Ativo - 2014	14.088,00
Saldo Final em 31/12/2014	71.571.425,73

Movimentação Financeira - Estadual 2014	
Saldo Inicial em 01/01/2014	3.059.296,29
(+) Recursos Recebidos Custeio - 2014	1.511.508,70
(+) Recursos Recebidos - Sec. Exec. Comitês 2014	126.995,05
(+) Rendimentos Financeiros Custeios - 2014	274.577,33
(+) Rendimentos Financeiros Secr. Executiva 2014	54.462,55
(=) Sub Total	5.026.839,92

